

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE) COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A EDUCACAO AMBIENTAL

Keili Luci Rocha ¹

Alvori Ahlert ²

Irene Carniatto ³

Resumo: A educação ambiental é o foco principal deste trabalho que tem o objetivo de evidenciar a mobilização de gestores para as ações e contato com a natureza, relacionando uma ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico, localizada em Santa Helena – Oeste do Paraná, com instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior. Buscou-se destacar as percepções das escolas sobre a unidade de conservação municipal, no tocante à educação ambiental e para tanto, o instrumento de pesquisa aqui aplicado, se baseou em formulários aplicados aos gestores escolares, definindo-se, assim, como um estudo de caso qualitativo. Os resultados denotam que a Educação Ambiental nas escolas se dá unicamente através de projetos esporádicos e evidenciam que as políticas públicas municipais não têm alcançado suficientemente o trabalho mediado pelas ações desenvolvidas. Destarte, constatou-se que inexiste uma motivação para fortalecer ações de envolvimento com a ARIE através de planos escolares com intencionalidades definidas.

Palavras-chave: ARIE; Educação ambiental; Escolas; Gestores.

¹Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Graduada em Pedagogia pela UNIPAR Universidade Paranaense; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UNESUL, SC; Graduada em Administração pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Especialista em Neuropedagogia pela Faculdade Iguaçu – ISFACES – Umuarama, PR. Professora e Psicopedagoga na FAG – Centro Universitário, Toledo, PR. keilyluci@yahoo.com.br.

² Orientador. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pesquisador e docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPG/DRS, UNIOESTE. Email:alvoriahlert@yahoo.com.br.

³ É pesquisadora e docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná desde 1993, professor adjunto do Colegiado de Ciências Biológicas da Unioeste - Campus de Cascavel-PR, docente do Programa de Pós-graduação de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável da Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon-PR, Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Bacia Hidrográfica e Educação Ambiental LABHEA/UNIOESTE. Autora de Livros e artigos. Consultora Ad hoc de Periódicos Nacionais e de Projetos de Universidades. irenecarniatto@gmail.com.

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 10-24, 2017.

Introdução

Tão relevante quanto o diálogo é a promoção de atividades que contribuem para a melhoria da qualidade da educação. Com esse intuito, a aproximação entre escola e ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico se apresenta como uma das metas deste estudo.

É possível tecer a compreensão da necessidade de preservar os recursos naturais e afirmar que preservar o ambiente é preservar a própria vida estabelecendo um compromisso com o futuro através de formas participativas e sustentáveis. A ARIE consiste em uma unidade de conservação classificada como de uso sustentável (SNUC, 2000). Nesse sentido, o envolvimento da escola pode contribuir no cuidado, preservação, conhecimento e estudo da unidade de conservação, a qual tem permanecido “distante” das ações escolares previstas no seu Plano de Manejo.

Ao tratar da educação ambiental sob o viés da educação escolar, pretende-se compreender os paradigmas que norteiam as práticas educativas na produção do saber. A educação se refere ao trabalho que se desenvolve no contexto das unidades educacionais, mais popularmente conhecidas como escolas. Acerca disso, Ahlert (2007, p.4) complementa que,

A educação, como ato do autoconstruir-se ser humano, desenvolveu-se a partir de vários pólos que a humanidade experienciou historicamente. Emergiu daí a teoria da educação como uma ciência do fazer-se ser humano. Uma ciência que passou a ser chamada de pedagogia, vinculando-se aos problemas metodológicos relativos ao como ensinar, ao o que ensinar, ao quando ensinar e a quem ensinar. A pedagogia transformou-se em teoria e a educação em prática.

Entretanto, nas escolas o ensino continua ocorrendo de forma organizada, em ambientes herméticos, que pouco ou nada modificaram ao longo dos tempos, utilizando uma dinâmica simplificada (MACHADO, 2007).

Nesse contexto da educação, entra em cena a educação ambiental a partir das iniciativas das escolas. Assim, nossa pergunta/problema inquire sobre o que as escolas realizam na prática e de que forma estão fazendo uso da unidade de conservação do município? Com isso, tem-se o intuito de perceber os paradigmas que permeiam as práticas educativas e que, muitas vezes, dificultam a constituição da educação ambiental como parte integrante do saber interdisciplinar e transformador. Por isso, este estudo se voltou às percepções dos gestores escolares diante da educação ambiental, do que se faz, do que se pretende e de como veem os resultados trabalhados com a nova geração que está nas escolas.

O estudo visa contribuir para a ação ambiental nas escolas, aproximando e integrando a teoria com a prática através do contato com a

natureza, possibilitando uma relação dialética a partir dos conteúdos referentes à questão ambiental.

Educação ambiental e ARIE: aspectos metodológicos da pesquisa

Elegeu-se como procedimento de investigação, o estudo de caso qualitativo que, segundo Cidália Araújo *et all*, é “*uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores*” (ARAÚJO, 2008, p.4)

Através do estudo de caso pode-se descrever o sistema de uso da ARIE para a educação ambiental nas escolas do município de Santa Helena, pois é compreendido por Alvim Antônio de Oliveira Netto como “*um procedimento de pesquisa que investiga um fenômeno dentro do contexto local, real e especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não está claramente definidos*”. (OLIVEIRA NETTO, 2006, p.14)

Baseado em Dilthey, Günther (2006, p. 202), considera-se a pesquisa qualitativa como a que elege,

a primazia da compreensão como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda característica geral é a construção da realidade. A pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção. Os autores afirmam que a descoberta e a construção de teorias são objetos de estudo desta abordagem. Um quarto aspecto geral da pesquisa qualitativa, conforme estes autores, é que apesar da crescente importância de material visual, a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente.

Como instrumento para coleta de dados, utilizou-se formulários aplicados a gestores de nove escolas públicas do município de Santa Helena – Paraná. O objetivo da pesquisa é o de analisar as percepções dos gestores frente aos paradigmas da educação ambiental, aqui pensados a partir das ações de educação ambiental, aproveitando para realçar a importância do contato com a natureza através da unidade de conservação – ARIE existente no município. Assim, é objetivo também deste estudo, diagnosticar através dos formulários se as escolas têm visitado o local com seus alunos e vinculado o saber sistematizado à realidade ambiental. Assim, a pesquisa busca envolver os atores no processo, o que permite considerar esta, uma pesquisa-ação que “*consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com o pesquisador, para chegarem a elucidar uma questão da realidade em que estão inseridos. Trata-se, pois de*

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 10-24, 2017.

uma estratégia de pesquisa que se adequa aos propósitos de um estudo de caso” (MARTINS, 2008, p.47).

A integração da pesquisa se complementa com ações realizadas durante o estudo, como pedaladas ecológicas, palestras no Centro de Educação Ambiental – CEA e trilhas na ARIE.

A ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico de Santa Helena - Paraná

A ARIE é uma Unidade de Conservação Municipal situada em Santa Helena, constituída geograficamente por uma península transformada em ilha (PLANO DE MANEJO, 2010, p. 20) com área de 1.482,5 (mil, quatrocentos e oitenta e dois) hectares (p.1 Encarte 3) ou 614 (seiscentos e quatorze) alqueires, que foi formada no ano de 1984 (Figura 1).



Figura 1: Vista aérea da ARIE Área de Relevante Interesse Ecológico UC, Santa Helena (PR).

Fonte: http://photos.wikimapia.org/p/00/02/28/37/31_big.jpg. Acesso em 01/07/2015.

A delimitação das áreas de terras necessárias a formação do reservatório da usina hidrelétrica de Itaipu foi determinada em 1979⁴, mas somente em 1981 é que se aplicou as medidas necessárias à desocupação do local onde se localiza as terras da ARIE (PLANO DE MANEJO, 2010, p.3, Encarte 3). Na época, havia predomínio da agricultura neste espaço, mas as

⁴ Aprovação do Decreto Federal no 83.225/79.

famílias se obrigaram a deixar suas propriedades, pois com a finalidade de não extinguir a flora e a fauna da região é que se criou- a referida “ilha”, que foi reflorestada na busca por manter o equilíbrio ecológico. Para isso, na época, a Itaipu motivou a criação de um viveiro florestal nas proximidades de seu portão, assim como uma residência guarda-parques para a vigilância permanente da área, visando reflorestar a faixa de proteção do reservatório e adensar os talhões implantados no refúgio biológico, como era, então, denominado (Plano de Manejo, 2010, p. 4, Encarte 3).

Foi através da Reunião de Diretoria Executiva nº 50/1984 que o Refúgio Biológico de Santa Helena - PR (Plano de Manejo, 2010) foi criado, o que foi ratificado pelo Decreto nº 069/93 (Termo de Cooperação 12/10) que decreta a área como ARIE-SH – Área de Relevante Interesse Ecológico. Isto se deu com o respaldo legal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, criado em 2000. De acordo com a Lei, a ARIE municipal é definida como espaço de uso sustentável, conforme ao Art. 16 (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, SNUC, 2004, p.27) define que,

A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

Com o cadastramento, o local passa a receber o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ecológico, cujo maior objetivo é o de destinar as ações necessárias ao local, incluindo a educação ambiental. O Plano de Manejo (2010, p.5, Encarte 3) destaca acerca dessa questão que,

A responsabilidade administrativa sobre a ARIE-SH foi transferida para a prefeitura municipal de Santa Helena através de um Convênio⁵, que condicionou seu uso e interesse voltados a conservação, educação ambiental e ao aproveitamento de recursos naturais para atividades recreativas na categoria de ecoturismo.

Dessa forma, o alcance das metas para educação ambiental na ARIE depende da aplicação do estabelecido no Plano de Manejo e das forças ativas de sua gestão, o que não têm alcançado aplicabilidade em sua totalidade. Nesta perspectiva, indaga-se as escolas com a intenção de diagnosticar como a educação ambiental é trabalhada, bem como, de que forma a ARIE tem sido

⁵ Convênio nº 5606/98: Instrumento particular de convênio de cooperação entre Itaipu Binacional e PMSH.

integrada aos planos escolares. Nesse contexto, muitos saberes podem se transversalizar nas relações entre disciplinas e conteúdos, como por exemplo, evidenciar que o estado do Paraná possui 100 Unidades de Conservação Municipais que respondem pela conservação de 208.564,81ha (IAP, 2012) e uma delas se encontra nas proximidades das escolas do município.

O que a ARIE tem a ver com a educação e as escolas?

Ao delinear a importância da ARIE, faz-se com que ela se torne um referencial para a educação ambiental escolar do município de Santa Helena. Na busca de elucidar essa importância, encontra-se quais são as implicações para este processo. Uma hipótese está na concepção de educação com traços de um paradigma dominante, ainda fortemente presente no sistema educacional que dessa forma, impulsiona as práticas e instrumentaliza as ações de professores e gestores.

Esta tendência tradicional, conformista, prevalece na essência da educação brasileira. Daí a necessidade de novos métodos, escolas com estruturas adequadas e com recursos suficientes o bastante para desenvolver suas ações pedagógicas interdisciplinarmente e com um relacionamento mais intenso com seu entorno biosocial, como, por exemplo, com a ARIE no caso de Santa Helena. Para a educação, deve haver aprendizagem a partir das relações que se estabelecem entre o homem e tudo o que se encontra ao seu redor, no seu ambiente, tomando como exemplo a própria ARIE em estudo, que possui relações com a educação, servindo como base para sua fundamentação.

Selma Garrido Pimenta (2001, p.43) sinaliza para o que alguns autores destacam como fundamental para construção da ciência da educação,

A educação (objeto de conhecimento) se constitui e é constituída pelo homem (sujeito de conhecimento); é um objeto que se modifica parcialmente quando se tenta conhecer (GOMES, 1978), do mesmo modo que a medida que é conhecida, induz alterações naquele que a conhece (COELHO E SILVA, 1991). Pela investigação o homem transforma a educação, que por sua vez, transforma o homem (e o processo de investigação). A educação é móvel (é prática social histórica), que se transforma pela ação dos homens em relação.

Esta afirmação permite entender a educação ambiental como resultado do dia-a-dia, das atitudes humanas, seja no pequeno espaço em que estamos, até os espaços por onde nos locomovemos. Este é o meio ambiente, no qual se desenvolvem as ações prós ou contra ele mesmo.

A educação também pode ser definida como um processo social de formação humana que se assenta sobre fundamentos, princípios e diretrizes

que a norteiam e dão unidade e consistência às ações promovidas pelas escolas, as quais são responsáveis pela promoção da formação e aprendizagem das crianças, jovens e adultos que as frequentam. (LUCK, 2009).

No ideário pedagógico atual, é preciso desprender-se de posturas tradicionais sólidas e compreender a educação numa perspectiva progressista, que vise a criticidade para uma aprendizagem significativa. Se, pela investigação, o homem se transforma, não há como a educação não promover a mudança no indivíduo, como um ser que se modifica em cada evento de seu cotidiano e que por ele aprende. Neste processo, há a implicação da teoria e prática dos conteúdos trabalhados hoje nas escolas e nos cursos de formação de docentes. Portanto, se trabalharmos a inserção da escola com a natureza, contribuiremos para que as pessoas signifiquem seu mundo de forma mais saudável através da educação. Ahlert (2003, p.166) destaca que,

Educação é a forma que os diferentes povos encontraram para significar o seu mundo, entendê-lo e adaptar-se a ele ou então transformá-lo. Através de um processo de interação entre educadores e educandos reproduz-se o modo de ser e a concepção de mundo que estes povos foram construindo ao longo de sua história. Neste processo acontece a construção dos novos conhecimentos, técnicas e formas para a reprodução da vida. É criação e recriação de conhecimento. Este processo leva a práticas cada vez diferentes, preparando novas gerações, gestando novas sociedades, transmitindo culturas e formas de trabalho, socializando processos produtivos. Neste conceito, educação é práxis teórica, política, pedagógica, afetiva e tecnológica. E, sendo isso, educação é práxis ética. Porque visa reproduzir e garantir essa vida em constante construção e reconstrução.

Paulo Freire (1996, p. 22) afirma que “*a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática em ativismo*”. Por isso, a prática das escolas requer uma reflexão crítica para que se alcance seu potencial transformador do conhecimento.

Nesse contexto, luta-se por uma educação ambiental que se permita transversalizar e criar dialogicamente, bem como, que teorize a partir de práticas inseridas no ambiente biosocial. Com este aporte, as vicissitudes se ampliam à medida em que as instituições vão interagindo. Desse modo, cabe perguntar: é possível afirmar que há relações entre ARIE e escolas?

Acredita-se que iniciativas, criatividade, reflexões e ações venham a contribuir para a consolidação do significado de educação e posturas na sociedade. Contudo, as forças paradigmáticas antropocêntricas que desdenham a trajetória histórica da humanidade e, por conseguinte, da Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 10-24, 2017.

educação precisam ser confrontados para que se proponha o grande desafio da construção da identidade epistemológica ambiental com uma visão de mundo da sustentabilidade (SILVA, 2014).

Em vista disso, a ARIE de Santa Helena, PR se constitui num laboratório a céu aberto pelas trilhas, (Figura 2), que permite uma estreita ligação com as escolas, seus gestores, alunos e professores.



Figura 2: Vista interna de trilha da ARIE

Fonte: Keili Lucí Rocha (2015)

Os espaços de vasta amplitude permitem a construção de novos olhares, percepções e formação de atitudes e valores que são reproduzidos nos vários ambientes por onde quer que estejamos. A variedade de fauna e flora da ARIE representa valores interdisciplinares que podem ser apreendidos ao propiciar às novas gerações a compreensão enquanto seres integrantes da natureza viva.

Experiências participativas: mobilizando alunos na perspectiva do novo paradigma da Educação Ambiental

Desde a Conferência de Tbilisi, no campo da educação ambiental, houve muitos obstáculos decorrentes de interesses disciplinares que dificultavam o avanço na formação ambiental (LEFF, 2013). Isso significa dizer que, na atualidade, mobilizar alunos para ações de educação ambiental que vão ao encontro de ambientes biossociais ainda é um enfrentamento paradigmático, pois, segundo Enrique Leff, “As resistências teóricas e pedagógicas fizeram com que muitos programas que surgem com uma pretensão interdisciplinar fracassem diante da dificuldade de transformar os paradigmas atuais do conhecimento e os métodos educacionais” (2013, p.239).

Entretanto, a educação formal pode ser um caminho significativo para a educação ambiental. A iniciativa de construção de uma aproximação abordada

neste estudo objetivou o encontro dos educandos com uma unidade de conservação. Parece-nos central suscitar a importância de estudar de forma multidisciplinar e aliar as unidades de conservação ao contexto escolar contando com a participação de gestores, professores e toda comunidade escolar. “A educação ambiental deve integrar conhecimentos, valores, aptidões, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis” (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS, apud CARVALHO, 2012, p.59). Nesse sentido, é possível fomentar e provocar ações que integrem o sistema educativo com a proposta de contato com a ARIE municipal existente em Santa Helena, na região Oeste do Paraná.

O que se torna questionável é o motivo do porquê, nos diversos níveis de ensino fundamental, médio e superior, ainda nos deparamos com a inserção dos ideais de interdisciplinaridade e a transversalidade nos textos de Projetos Políticos Pedagógicos, mas que em si, não significam mais que isso na realidade escolar. “De qualquer forma, a interdisciplinaridade seria uma superação do saber disciplinar degradado em hiper especialização (PORTELLA, apud ANDRADE, 2008, p.5).

Por isso a pergunta “o que a ARIE tem a ver com as escolas?” nos leva a pensar essa temática de forma provocativa, no sentido de desmistificar as visões disciplinares presentes na educação. Para significá-la, é preciso propor experiências participativas que envolvam alunos e comunidade.

Resultados e discussão

Com face ao aprofundamento teórico proposto, a realidade da educação ambiental se inicia pela compreensão dos gestores acerca do significado de educação ambiental a partir do contexto escolar, destacando-se algumas falas:

“Muito importante para o desenvolvimento dos educandos, na questão interdisciplinar para que o educando esteja interligado e forme atitudes enquanto cidadãos”

“Conhecimento interdisciplinar, que deve ser sempre retomado. Muito relevante, de uma grande abrangência, é isso”.

“Educação ambiental como forma de conscientização, de projeção para uma prática almejada. Compreende uma análise da situação objetivando uma ação concreta”.

“É a preservação do espaço em que se vive”.

As respostas evidenciam a existência de uma ideia racionalizada de educação ambiental. São objetivas e restritivas ao se deparar com a dimensão e a importância da educação ambiental em nossos dias, dado pelo envolvimento do ser humano. Espera-se que os gestores e professores sejam “*atuantes e críticos diante das situações socioambientais e possam atuar e* Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 10-24, 2017.

influenciar nas mudanças de atitudes" (CUBA, 2010, p. 3). A partir daquilo que se conhece, é que se baseiam as condutas e, por isso, tornam-se referências para construir o diagnóstico sobre a realidade dessas compreensões e, consequentemente, dos limites e fragilidades que a educação ambiental encontra na realidade escolar.

Diante dessa realidade, a UNESCO (1997), aponta que a Conferência de Tbilisi destaca a formação inicial e continuada de professores e seus participantes sugerindo aos governos que inclua nos cursos de formação inicial, e nos destinados ao pessoal docente em exercício, métodos de pesquisa que permitam projetar e elaborar os instrumentos com os quais se alcancem mais eficazmente os objetivos da Educação Ambiental.

Por isso, uma segunda questão da pesquisa indagou os gestores sobre quais ações as escolas têm realizado com alunos e comunidade escolar em relação à educação ambiental. As respostas levantaram informações sobre a realização de alguns projetos e uma das instituições afirmou não possuir projeto que envolva os saberes ambientais, realizando atividades somente por solicitação e/ou exigência da Secretaria de Educação.

As respostas levaram à percepção de um reducionismo que permeia a prática educativa, a qual insiste em isolar o homem do seu próprio meio. Consequentemente, gestores e professores do processo de ensino, inseridos na crise de valores de um contexto que é social, econômico, cultural, espiritual acabam imersos e se deixando levar por situações que permanecem imutáveis, por conta da insuficiência de iniciativas inovadoras que contextualizem o humano como ser diverso.

Quando perguntados sobre o incentivo da educação ambiental nas instituições e como o fazem, os gestores defendem que a mesma se dá a partir da conscientização do aluno pelas suas próprias ações, através de visitas em propriedades em datas comemorativas relativas às questões do meio ambiente, que organizam trilhas, plantio de mudas, etc. Em uma das instituições, afirmou-se que o incentivo se dá através de um projeto existente, sem, contudo, esclarecer o tipo ou nome do projeto. Observou-se que algumas ações acontecem, porém esporadicamente.

Vale ressaltar que as escolas municipais de Santa Helena não possuem em seus currículos a disciplina de educação ambiental, o que supõe a sua interdisciplinaridade e transversalidade. As percepções endossam que as instituições carecem de "ânimo ambiental". A interdisciplinaridade é apenas discurso e não prática. Para Leff (2013, p.230) "*a interdisciplinaridade é um processo de reconstrução social através da transformação ambiental do conhecimento. [...] O saber ambiental emerge de uma razão crítica [...]. Desta forma, o saber em sala de aula não acontece neste caráter, "o saber ambiental vem sendo gerado através de problemas ideológicos que se expressam num campo discursivo disperso e heterogêneo"*" (idem, p. 229).

Seguido de tais reflexões, constatou-se que, das instituições pesquisadas, apenas duas destacaram a ARIE como potencial ambiental do

município de Santa Helena, considerando que, mesmo assim, a unidade de conservação não faz parte de um planejamento definido como seguimento de atividades pelas escolas. Salienta-se que este local confere a educação novas proposições de incremento do currículo, perfazendo-se como uma rica oportunidade para o trabalho de educação ambiental do ponto de vista metodológico.

Este estudo desenvolveu um processo participante, mobilizando alunos para ações que possibilitaram um contato com o local a fim de estabelecer uma relação dialética entre conteúdos e natureza. A Carta da Terra (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 1992, p. 6) indica em seu princípio 14 que se deve “integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável”. Assim, busca-se oferecer a alunos uma oportunidade educativa que possibilitasse contribuir para estabelecer uma relação de aprendizagem com a ARIE. Realizaram-se “pedaladas ecológicas”, (Figura 3), envolvendo estudantes e gestores.



Figura 3: Pedalada Ecológica na ARIE-Santa Helena com alunos do Ensino Médio.
Fonte: Keili Lucí Rocha (2015).

Ao observar ações como estas, indagou-se os gestores quanto às relações que estabelecem com a ARIE e como veem esta importância para o currículo. Os resultados foram as seguintes declarações,

“Falta afinidade entre ARIE e escolas e para isso falta alguém com entusiasmo, alguém que motive da gestão”.

“De o aluno vivenciar o conhecimento ambiental, conhecer espécies da biodiversidade como percepção do sentir, de analisar o concreto com o abstrato (árvores, folhas...), formar atitudes trabalhando para conscientizar”.

"Manter a interação homem/meio ambiente, pois temos o local e não sabemos aproveitar".

Percebeu-se que os gestores não se colocam como agentes do processo para manter ou fortalecer tais relações. Mesmo no enfrentamento de dificuldades, pode-se inferir que há uma ausência de iniciativas, pois, para promover atividades, muitas vezes, é preciso iniciativa, motivação intrínseca de professores e gestores e não apenas de motivações as quais aguardamos de outros órgãos ou meios.

De acordo com os relatos, como podemos manter as relações homem e meio ambiente? Para perceber o concreto e formar atitudes, o que as escolas vêm desenvolvendo? A partir dos gestores, constatou-se que falta agir e planejar. Eis uma das razões da fragmentação da educação ambiental, tecida no discurso e simplificada na prática. Outro alerta se deve ao desconhecimento dos gestores das legislações sobre educação ambiental, o que vem denominar a pouca conexão das práticas e atitudes escolares.

A Política Nacional de Educação Ambiental Brasileira - PNEA, Lei 9.795/99, sustenta que a educação ambiental deve ser trabalhada em todos os níveis e modalidades de ensino. O artigo 9º e 10º (BRASIL, 1999) estabelecem,

Art. 9º - Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Mesmo não sendo exigida como disciplina, a lei propõe a incorporação da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos diferentes níveis e modalidades de ensino. O currículo escolar em Santa Helena não possui a disciplina de educação ambiental, o que supõe o trabalho transversal, acerca do qual diagnosticou-se distanciamentos e desconexões que implicam uma prática relativamente contextualizada com fundamentos intencionais e políticos definidos.

Neste sentido, o presente estudo pode servir de referência e análise para provocar a reflexão sobre possíveis práticas em educação ambiental nas escolas situadas nas proximidades da ARIE municipal, considerando que o artigo 2º da PNEA declara que: “*A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal*” (BRASIL, 1999).

Essa articulação está a caminho de ser construída. Mobilizadas pela pesquisa, as escolas mostraram-se interessadas e, neste contexto, declararam em seus relatos que a falta de afinidade entre escolas e unidade de conservação estão relacionadas às políticas públicas, as quais não têm alcançado suficientemente o trabalho de educação ambiental.

Retoma-se a importância de reformular planos, currículos e objetivos para com o trabalho escolar, visando ações em que prevaleçam o encontro com a realidade e olhares críticos cerceiam a formação da sensibilização ambiental, como por exemplo outra ação desenvolvida na trilha interpretativa para consolidar saberes ambientais e culturais (Figura 4). Pedrini (2010), admite que a Interpretação Ambiental deve estar contida na Educação Ambiental, tendo como principal meta que o sujeito compreenda o meio natural e cultural que o cerca.



Figura 4: Trilha Ecológica na ARIE- Santa Helena, com uma Turma de Ensino Médio
Fonte: Keili Lucí Rocha (2015)

Portanto, para esta compreensão ambiental, não basta apenas falar, explicar, realizar um projeto na escola, é preciso estar presente neste meio ambiente para problematizar a teoria e dar a ela o significado plausível para que a aprendizagem permaneça a partir de um programa de ações contínuas.

Conclusões

Este texto é o resultado parcial de uma pesquisa que tem como objetivo investigar as relações de uma ARIE- Área de Relevante Interesse Ecológico de Santa Helena – Região Oeste do Paraná com a educação ambiental desenvolvida em escolas do município.

Inferiu-se que a educação ambiental ainda não perpassa suficientemente os espaços escolares quando não é articulada aos ambientes biossociais que compreendem a unidade de conservação e todos os aspectos coadjuvantes para o enriquecimento de conteúdos e propostas escolares. Em paralelo a esta questão, ressalta-se a necessidade de políticas públicas definidas para um trabalho efetivamente articulado entre escolas e gestão municipal.

Destarte, conclui-se que a ARIE é um potencial para o fortalecimento e envolvimento da escola e da comunidade santa-helenense, constituindo um espaço privilegiado para a Educação Ambiental e para a construção de habilidades e principalmente valores ambientais. A referida área natural tem muito a oferecer se transformada em um laboratório a céu aberto para motivar e encantar todos àqueles que querem aprender e manter o cuidado com o ambiente local. Logo o local faz o global.

Agradecimentos

A Prefeitura Municipal de Santa Helena e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Ao Departamento da Itaipu Binacional de Santa Helena, Pr. A UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, nas pessoas dos professores orientadores Dr Alvorin Ahlert e Dra Irene Carniatto, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS.

Referências

- AHLERT, A. **A eticidade da educação:** o discurso de uma praxis solidária/universal. 2 ed. Ijui: Ed. Unijuí, 2003. (Coleção fronteiras da educação).
- AHLERT, A. **Interdependências entre educação, ética e cidadania para uma formação emancipadora e libertadora.** Diálogos Latinoamericanos. Aarhus Universitet, Aarhus, Dinamarca núm. 12, noviembre, pp. 1-21, 2007. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo_oa?id=16201201
- ANDRADE, A.C. Educação Ambiental no Ensino Superior: disciplinaridade em discussão. **Dissertação** - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Rio de Janeiro, 2008, p. 49. 166p.
- ARAÚJO, C. et al. **Estudo de Caso. Métodos de Investigação em Educação.** Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho, 2008. Disponível em http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf. Acesso em: 14/04/2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental Brasileira (PNEA),** da Lei 9.795/99. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 01/07/2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, SNUC, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em 01/07/2015.

CHALITA, G. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Gente, 2002. In: CUBA, M.A. **Educação Ambiental nas escolas**. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponível em . Acesso 15/04/2015.

CUBA, M.A. **Educação Ambiental nas escolas**. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 23-31, jul./dez., 2010. Disponível em <file:///D:/Downloads/403-1238-1-PB.pdf>. Acesso 15/04/2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. Governo do Estado do Paraná. Departamento de Unidades de Conservação. **Unidades de conservação municipais IAP/DIBAP**, 2012.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Carta da Terra**. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf. ACESSO 15/04/2015.

OLIVEIRA NETTO, A.A. **Metodologia da pesquisa científica**: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 2. Ed. rev. E atual. Florianópolis: Visual Books, 2006.

PEDRINI, A.G. Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. In: FERREIRA, E. **Educação ambiental e desenvolvimento de práticas pedagógicas sob um olhar da química**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2010. (115p)

PIMENTA, S.G.; LIBANEO, J.C. et al. **Pedagogia**: ciência da educação? 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M. Prefácio. In: PEDRINI, A.G.; SAITO, C.H. (orgs.). **Paradigmas metodológicos em educação ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SMAMA. Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento. **Plano de Manejo – Área de Relevante Interesse Ecológico de Santa Helena ARIE-SH**. Revisão Natural Engenharia Ambiental, Santa Helena, PR, 2010.

UNESCO. **Educação Ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 1997.